

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, SOCIAL E VULNERABILIDADE NA REGIÃO METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO

Helcio de Medeiros Junior¹

1 INTRODUÇÃO

Desde o século XX, o estado do Rio de Janeiro tem passado por mudanças que alteraram sua participação na economia nacional (Silva, 2004) e reconfiguraram o território fluminense, sem, no entanto, gerar centros regionais estruturados que reduzissem a vinculação com o núcleo metropolitano (Oliveira, 2008). Apesar das mudanças terem proporcionado maior modernização do parque produtivo e crescimento de atividades específicas, a evolução da economia fluminense passou a ser inferior à observada em nível nacional, levando à perda da participação relativa existente no início do século XX em decorrência de sua inserção na industrialização nacional com perfil produtivo menos dinâmico do que o de outras Unidades da Federação (UFs) (Silva, 2012), bem como deixou de contar com recursos federais com a perda da capital.

A partir das décadas de 1980 e 1990, as regiões do norte fluminense, em razão da atividade de extração de petróleo e gás; do Médio Paraíba, devido às indústrias metalomecânica e automobilística; e da Costa Verde, que possui unidade da indústria naval, terminal de minérios e a usina de Angra dos Reis, passaram a apresentar forte atratividade e, em decorrência, a apresentar indicações de aumento da atividade econômica (Medeiros Junior, 2013c). Particularmente, a região das baixadas litorâneas, limítrofe ao sul à do norte fluminense, se beneficiou do transbordamento da atividade de extração de petróleo e da possibilidade da implantação do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj), e apresentou as maiores taxas de crescimento populacional na primeira década do presente século, devido, em grande parte à forte migração populacional. Beneficiárias do mais recente ciclo de investimentos da economia fluminense, as quatro regiões anteriormente mencionadas e que se localizam no “interior” foram aquelas que possuíam produto

1. Economista do Instituto Pereira Passos (IPP-Rio), mestre em economia empresarial pela Universidade Candido Mendes (Ucam), doutor em planejamento urbano e regional pelo Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (IPPUR) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), pós-doutorando em desenvolvimento regional e urbano pela Universidade Salvador (Unifacs) e pesquisador do Grupo de Economia Regional e Urbana (Gerurb) do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). *E-mail*: <hmedeirosjunior@gmail.com>.

por trabalhador superior à média do estado do Rio de Janeiro em 2010 (Medeiros Junior, 2013d), o que demonstra que estas são as que apresentam maior acumulação de capital.

Apesar do dinamismo da atividade econômica ocorrer fora da área metropolitana, nela ainda se concentravam em 2010 cerca de 74% da população fluminense, 65% da geração do valor adicionado bruto e 77% dos postos de trabalho do estado (Medeiros Junior, 2013a). Além disso, parte relevante da estrutura industrial ainda se localiza na região metropolitana (RM), que possui também o maior peso do terciário fluminense, mas esta elevada concentração econômica e populacional é marcada pela desigualdade socioeconômica intermunicipal, com cidades do entorno ainda muito dependentes da capital. Embora também tenha recebido investimentos (R\$ 23,4 bilhões entre 2010 e 2012, R\$ 38,5 bilhões entre 2012 e 2014, e, R\$ 55,9 bilhões previstos entre 2014 e 2016),² segundo levantamento efetuado pela Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (Firjan), menos da metade dos municípios que a compõe foram por eles alcançados,³ o que contribuirá para perpetuar e aprofundar a desigualdade existente (Firjan, 2009; 2012; 2014).

Em que pese o fato de que na primeira década deste século toda a região metropolitana não tenha apresentado desenvolvimento econômico (Medeiros Junior, 2014e), alguns municípios o alcançaram, bem como maiores avanços em termos sociais com redução da vulnerabilidade foram obtidos em alguns deles, em detrimento de outros. Assim, este trabalho tenciona observar se houve convergência entre os desenvolvimentos econômico e social com queda da vulnerabilidade nos municípios da região metropolitana, tendo como foco a classe trabalhadora. Para alcançar os objetivos a que se propõe, este texto se estrutura em três seções, contemplando, além desta introdução, a segunda, na qual se farão considerações sobre conceitos e indicadores utilizados para a avaliação do desenvolvimento econômico, social e da vulnerabilidade, bem como se procederá à análise dos resultados para todas as dimensões tratadas; e a terceira seção, de caráter conclusivo, trará reflexões sobre as impressões obtidas da leitura dos indicadores.

2 DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, SOCIAL E VULNERABILIDADE

Por ser controverso e, portanto, de difícil aproximação ao consenso, o desenvolvimento econômico tem sido tratado em termos conceituais e de forma bastante simplificada segundo, basicamente, dois olhares: o dos de economistas de orientação

2. Os segmentos abrangidos pelas inversões e as principais ações são as de construção naval (Estaleiro Ilha S/A, Estaleiro Mauá, STX Europe, Prosub), siderurgia (Cosigua, Gerdau), desenvolvimento urbano (Porto Maravilha), habitação (Programa Morar Carioca), transporte/logística (Metrô Linha 4, Sistema BRT, Porto do Rio, Porto de Itaguaí, VLT carioca, Aeroporto Tom Jobim, Terminal Ponta Negra, Terminal do Sudeste, Terminal portuário da Gerdau, Via Light), petroquímico (Comperj), saneamento básico (Cedae), bebidas (fábrica da Coca-Cola) e farmacêutica (laboratório B. Braun e Bio-Manguinhos).

3. Rio de Janeiro, Niterói, São Gonçalo, Itaboraí, Maricá, São João de Meriti, Duque de Caxias, Seropédica, Paracambi e Itaguaí.

neoclássica e os de orientação crítica. Os primeiros costumam considerar crescimento econômico como sinônimo de desenvolvimento econômico (Lewis, 1969; Solow, 1956), e veem a distribuição da renda obtida entre os proprietários dos fatores de produção como melhoria dos padrões de vida, mas as evidências mostram que os frutos da expansão não beneficiam necessariamente toda a população. No capitalismo, os detentores do capital buscam sua acumulação e não têm em perspectiva distribuir o que obtém, motivo porque as desigualdades (renda pessoal e regional, por exemplo) são crescentemente produzidas no seio do próprio sistema capitalista.

Os economistas de orientação crítica, ou estruturalista (Prebisch, 1949; Furtaido, 1961; Singer, 1977b), para além dos benefícios obtidos pelos proprietários dos fatores em decorrência do crescimento econômico, consideram o desenvolvimento como expressão de mudanças estruturais econômicas, sociais, políticas, institucionais, dos níveis de produtividade e da renda média da população como um todo. Para Souza (2007), por exemplo, o desenvolvimento conjuga a

existência de crescimento econômico contínuo (g), em ritmo superior ao crescimento demográfico (g^*), envolvendo mudanças de estruturas e melhoria de indicadores econômicos, sociais e ambientais. Ele compreende um fenômeno de longo prazo, implicando o fortalecimento da economia nacional, a ampliação da economia de mercado, a elevação geral da produtividade e do nível de bem-estar do conjunto da população, com a preservação do meio ambiente (Souza, 2007, p. 7).

Dallabrida (2010), como Souza (2007), também entende desenvolvimento como a melhoria das condições econômicas e sociais, mas menciona a necessidade da organização social espacialmente localizada para sustentar os benefícios por ela obtidos. Assim, considera desenvolvimento:

um processo de mudança estrutural empreendido por uma sociedade organizada territorialmente, sustentado na potencialização dos capitais e recursos (materiais e imateriais) existentes no local, com vistas à dinamização econômica e à melhoria da qualidade de vida de sua população (Dallabrida, 2010, p. 153).

Ao mencionar a sustentação do processo de desenvolvimento na existência de capitais que dinamizem determinada localidade, Dallabrida levanta a questão da atratividade territorial para o capital e a desigualdade econômica e social regional resultante das escolhas que faz, haja vista que, em busca de acumulação, promove crescimento e desenvolvimento desiguais em diferentes espaços, como se verá a seguir.

2.1 Escolhas do capital e desigualdade inter-regional

A diferenciação espacial promovida pelo capital leva a que cidades e regiões tenham níveis e dinâmicas de crescimento e desenvolvimento desiguais, tendo em vista que nos territórios eleitos para sua expansão ocorre a homogeneização mediante a padronização de processos, enquanto naqueles que não são alcançados por atividades econômicas

que habitem a fronteira de expansão do capitalismo se estabeleça um relativo “atraso”, o que resulta em heterogeneidade espacial. Enquanto nos territórios “adiantados” há concentração do capital e convergência de processos, nos demais se manifesta dispersão do capital e divergência de processos.

Segundo Trotsky (1977), a diferenciação não impõe às áreas atrasadas um eterno subdesenvolvimento, nem as obriga passar pelas etapas históricas das desenvolvidas para tornarem-se adiantadas. As regiões atrasadas combinariam inovações tecnológicas, políticas e culturais produzidas nos países avançados com relações sociais por vezes pré-capitalistas existentes em seu ambiente. A esta proposição denominou “Lei do desenvolvimento desigual e combinado”, que caracteriza a trama existente entre territórios desnivelados no plano internacional, nacional e regional, com variados níveis de desenvolvimento.

O desnível regional, por sua vez, não tornaria inviável o desenvolvimento do capitalismo, mas o favoreceria. Numa relação de dominação e dependência, as regiões adiantadas consumiriam elementos disponíveis em espaços menos desenvolvidos, favorecendo maior acumulação de capital e aumento da taxa de lucro. Neste aspecto, Smith (1988) vê interseção entre as tradições geográfica e política ao sugerir que “uma teoria do desenvolvimento desigual oferece a chave-mestra para determinar o que caracteriza a geografia específica do capitalismo” (Smith, 1988, p. 16-17). Sua lógica deriva de tendências opostas (diferenciação e igualização) e resulta da necessidade de imobilização contínua e desigual do capital fixo, e é nas aglomerações urbanas que encontra receptividade para maximizar lucros e impor sua lógica.

A evolução das desigualdades regionais derivada do desenvolvimento desigual, no entanto, é motivo de controvérsia. Para os neoclássicos, os desequilíbrios regionais desaparecerão por causa do funcionamento do mercado, haja vista que a remuneração dos fatores de produção se igualaria como resultado da mobilidade inter-regional. Segundo a teoria neoclássica do crescimento econômico, a tendência de queda no tempo das diferenças dos valores relativos da renda *per capita* promoveria sua convergência (Resende e Magalhães, 2013). Para Myrdal (1972) e Williamson (1977), no entanto, isso não é assim tão simples. Myrdal acreditava que as desigualdades iniciais se alargariam indefinidamente porque os fluxos de fatores de produção tenderiam a se orientar e concentrar nas áreas alcançadas pelo desenvolvimento, favorecendo maior crescimento no momento seguinte. Williamson concordava com Myrdal apenas quanto aos momentos iniciais, mas considerava que, atingido um limite, a disparidade regional tenderia a se reduzir: *i*) por conta do estancamento da migração de mão de obra para a região rica; *ii*) devido à exaustão das economias externas na região rica; *iii*) pelo desenvolvimento do mercado de capitais na região pobre, e; *iv*) por programas redistributivos implementados pelo governo central em benefício da região pobre.

Entre o extremo da hipótese da convergência de renda dos neoclássicos, e da desigualdade crescente de Myrdal, Williamson propôs algo mais próximo do que se observa na trajetória das nações, mas em termos regionais (em espaços metropolitanos, por exemplo) entre os fatores que considerou determinantes para a reversão do processo, *(iii)* e *(iv)* dificilmente se aplicariam, haja vista a inexistência de mercado de capitais em cidades fora do núcleo metropolitano, e a precariedade do governo estadual (central) em contar com recursos orçamentários e motivação política que compensem a condição das regiões estagnadas. Neste particular, Myrdal concordava com Williamson, pois via no Estado um agente indutor de políticas igualitárias que promoveriam o fortalecimento de efeitos propulsores, ao mesmo tempo em que combateriam os efeitos regressivos, levando a que as desigualdades se reduzissem. No entanto, provavelmente por força de injunções políticas, os recursos públicos que permitiriam ações combinadas nesta direção são costumeiramente destinados às regiões ricas. Por conseguinte, em termos regionais, ter-se-á heterogeneidade espacial como regra e resultados mais positivos em áreas historicamente beneficiadas pelo capital em imobilizações de capital fixo e/ou investimentos na melhoria de processos, em vista de maior acumulação de capital.

Os investimentos regionais, por sua vez, em sua grande maioria não surgem devido a um processo endógeno progressivo, mas em razão de escolhas locais do capital com vistas à acumulação que se aproximam de um enclave (Piquet, 1993). Mediante a combinação de camadas de investimento em atividades específicas, o capital estabelece bases econômicas e organização social que permitam seu desenvolvimento, e as intervenções se subordinam às realizadas em outras regiões, articulando-se a áreas geográficas distintas em relações de subordinação e num sistema de interdependências (Massey, 1995). Estas formas de subordinação, segundo Smith (1988), expressam a relação entre espaço absoluto e relativo, ou seja, que o capital ao localizar-se produz “ilhas de espaço absoluto num mar de espaço relativo” (Smith, 1988, p. 135), e este espaço absoluto é meramente um receptáculo de recursos, que oferece condições que levam à motivação do investimento, e cujo montante e momento apropriado para implementação são decididos numa escala política e geográfica diferente, num processo decisório que não domina.

2.2 Desenvolvimento econômico metropolitano fluminense

A complexidade proposta pela perspectiva crítica (ou estruturalista) do desenvolvimento econômico sugeriria a adoção de uma cesta de indicadores que cobrissem as dimensões consideradas em sua definição, e este tem sido o caminho adotado por agências internacionais quando se propõem fazer levantamentos mais exaustivos, contemplando variados indicadores para aferir a melhoria de bem-estar.

Apesar disso, entre os indicadores normalmente contemplados em estudos desta natureza, e que serão adotados nesta investigação, o produto interno bruto

per capita (PIB ou renda *per capita*) procura sintetizar o nível de bem-estar da população, já que representa em média a renda gerada num determinado espaço geográfico pelos residentes, e que reverterá em seu benefício.⁴ Além disso, sua escolha foi feita com o propósito de avaliar os elementos em que pode ser decomposto, permitindo um olhar alternativo. Por definição, o PIB (ou renda) *per capita* é a multiplicação do produto por trabalhador pela participação da população no processo produtivo, como segue:

$$\frac{\text{PIB}}{\text{Pop}} = \left(\frac{\text{PIB}}{\text{Emprego}} \right) \left(\frac{\text{Emprego}}{\text{Pop}} \right) \quad (1)$$

onde: PIB = produto interno bruto a preço de mercado; Pop = população residente, e; Emprego = número de pessoas ocupadas, abrangendo todas as categorias de ocupação levantadas no Censo Demográfico de 2000 e 2010. A categoria emprego, neste caso, difere da empregada por Ferreira e Veloso (2013), que optaram por utilizar a força de trabalho (PEA), que além dos ocupados agrega os desocupados, ou os trabalhadores que no momento do levantamento não tinham uma ocupação, apesar de terem tentado participar do mercado de trabalho.

A opção neste trabalho pelos ocupados prende-se ao fato de que a decomposição permite olhares alternativos. Enquanto o primeiro termo da equação reflete uma dimensão mais econômica, por depender, muito resumidamente, das características do processo produtivo posto em marcha pelas empresas e das especificidades inerentes à força de trabalho utilizada na produção, o segundo expressaria a “taxa de ocupação da população total” (Sanchez, 1994) ou a “taxa de emprego” (Dunford, 1996), mais relacionada a aspectos sociais, e que permite avaliar a participação da população na atividade econômica.

A decomposição também é útil por discriminar dois efeitos que podem determinar o comportamento da renda *per capita*. O primeiro termo representa o produto por trabalhador, *proxy* da produtividade do trabalho, e o segundo representa a utilidade do trabalho, ou a fração da população residente que contribui para o processo produtivo. De outra forma, se a decomposição tomar como referência as razões em termos de taxas de variação, sua soma representa a taxa de variação do PIB (ou renda) *per capita*. Assim, o PIB *per capita* pode se elevar (ou reduzir-se) se: *i) ceteris paribus*, os trabalhadores tornaram-se mais produtivos (improdutivos); *ii) ceteris paribus*, a participação do trabalho na população cresceu (caiu), ou; *iii) ambos*

4. Embora seja utilizado para caracterizar o nível de desenvolvimento econômico, por representar uma média não informa quanto à disparidade da distribuição da renda, que pode ter alto índice de concentração e, portanto, elevada desigualdade social.

caminharam na mesma direção e se elevaram, ou em direção oposta, sendo que o crescimento (decréscimo) de um dos componentes compensaria o do outro.

Em termos operacionais, e tendo em vista que o primeiro termo contém uma variável real, optou-se por ajustar a variação nominal do PIB *per capita* ao efeito da variação dos preços para uma aproximação a condições reais.⁵ Para tanto, utilizou-se o índice de preço do valor adicionado a preço básico do total das atividades econômicas, disponibilizado pela Fundação Ceperj (Ceperj, 2014). Implementado este ajuste, foi possível obter as variações do PIB *per capita* no período compreendido entre 2000 e 2010, para a RM e seus municípios, a fim de avaliar se houve desenvolvimento econômico e melhoria de bem-estar. De outra forma, as variações das parcelas da decomposição permitiram observar qual fonte foi responsável para o resultado obtido para o PIB *per capita*.

Segundo o exposto na tabela 1, entre os anos considerados não houve desenvolvimento econômico na região metropolitana (0,0%), significando que o acréscimo em pontos percentuais (p.p.) da capacidade de geração de produto no período foi semelhante ao do aumento populacional. Este resultado, que caracteriza estagnação dos níveis de bem-estar, já havia sido sinalizado em Medeiros Junior (2014b), mas as variações aqui obtidas diferem das encontradas naquele estudo em razão da adaptação à mudança ocorrida em 2013, quanto aos municípios que compõem a região metropolitana.⁶ Quando observada a evolução dos componentes do PIB *per capita*, vê-se que o aumento de 1,5% ao ano (a.a.) da contribuição da população para o processo produtivo compensou na mesma medida a queda da produtividade do trabalho. Portanto, não fosse a maior utilização do trabalho teria havido perda de bem-estar para os residentes na área metropolitana. A composição do resultado, no entanto, não favorece expectativa positiva para o desenvolvimento econômico no decênio seguinte, haja vista a queda da produtividade. Melhor seria se maior utilização do trabalho proporcionasse aumentos da geração de produto por trabalhador, um indício de que a mão de obra estaria mais capacitada a produzir riquezas em ritmo superior ao do acréscimo populacional.

5. Tenha-se em mente que o ajuste é uma aproximação, ou estimativa, que procura homogeneizar comportamentos heterogêneos e desconhecidos, na medida em que este trabalho se propõe a tratar de realidades econômicas regionais distintas. De antemão sabe-se que o sistema estatístico nacional não oferece índices de preço que permitam aproximar variáveis monetárias a condições reais em aglomerações regionais diferentes de regiões metropolitanas. Com isso, o ajuste para todos os espaços considerados mediante o uso de um único indicador, que certamente evolui de maneira diferenciada em regiões dinâmicas e estagnadas, é a melhor aproximação à realidade.

6. A Lei Complementar nº 158/2013 incorporou à Região Metropolitana do Rio de Janeiro os municípios de Cachoeiras de Macacu e Rio Bonito, que pertenciam à região das Baixadas Litorâneas, em virtude da atração socioeconômica gerada pela implantação do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj) em Itaboraí. Em que pese a nova configuração espacial da região, as variações deverão sofrer novas alterações por causa da atualização dos valores do PIB dos municípios em dezembro de 2015, em virtude da revisão do ano-base das contas nacionais.

TABELA 1

Variação real anual do PIB *per capita* e decomposição da variação real anual segundo a produtividade do trabalho e a utilização do trabalho nos municípios da RM do Rio de Janeiro (2000-2010)

Estado e regiões de governo	Variação real anual do PIB <i>per capita</i> (%)		
	Total	Decomposição da variação real anual	
		Produtividade do trabalho	Utilização do trabalho
Região Metropolitana	0,0	-1,5	1,5
Belford Roxo	-0,3	-2,4	2,1
Cachoeiras de Macacu	4,2	2,8	1,4
Duque de Caxias	1,7	-0,2	1,9
Guapimirim	-1,8	-3,4	1,6
Itaboraí	0,2	-1,6	1,8
Itaguaí	3,0	1,2	1,8
Japeri	3,8	2,3	1,5
Magé	-0,2	-1,9	1,7
Maricá	1,1	-0,3	1,4
Mesquita	1,3	-0,7	2,0
Nilópolis	-0,1	-1,3	1,2
Niterói	0,3	-1,0	1,3
Nova Iguaçu	1,1	-0,5	1,6
Paracambi	0,1	-1,1	1,2
Queimados	-1,1	-2,9	1,8
Rio Bonito	2,0	1,1	0,9
Rio de Janeiro	-0,3	-1,7	1,4
São Gonçalo	-0,3	-1,9	1,6
São João de Meriti	0,5	-1,3	1,8
Seropédica	1,4	-0,4	1,8
Tanguá	0,1	-1,3	1,4

Fonte: Censos Demográficos (IBGE, 2000; 2010) e Ceperj (2014).
Elaboração do autor.

Ao se analisar a evolução do PIB *per capita* nos municípios da RM, percebe-se que em quatorze dos 21 houve acréscimo de bem-estar, mas em apenas quatro deles esta melhoria resultou da combinação de crescimento conjunto de produtividade e utilização do trabalho: Cachoeiras de Macacu, Itaguaí, Japeri e Rio Bonito. Estes foram os que apresentaram as maiores taxas de crescimento médio anual de bem-estar (4,2%, 3,0%, 3,8% e 2,0%, respectivamente), demonstrando que o desenvolvimento econômico com aumento da produtividade do trabalho promove maior ganho social.

Em sentido oposto, dezessete dos 21 municípios apresentaram queda anual da produtividade do trabalho, o que evidencia ser esse o maior problema para o desenvolvimento da região. Em alguns deles o resultado negativo foi suplantado pela utilização do trabalho, permitindo melhorias de bem-estar, mesmo que em muitos deles diminuta, como em Itaboraí, Niterói, Paracambi, São João de Meriti e Tanguá.

Entre os sete municípios que apresentaram evolução negativa do PIB *per capita*, os piores em termos absolutos foram Guapimirim (-1,8% a.a.) e Queimados (-1,1% a.a.), em decorrência de terem apresentado as maiores reduções de produtividade do trabalho observadas na região (-3,4% a.a. e -2,9% a.a., respectivamente). No entanto foi o município da capital, que por possuir economia mais diversificada, apesar de altamente concentrada em serviços, e mão de obra mais escolarizada, destoou de todo o resto: apresentou redução de bem-estar (-0,3% a.a.) derivada da queda da produtividade do trabalho (-1,7%). Este resultado pode ter sido provavelmente influenciado pela baixa qualidade dos serviços, pela mão de obra empregada na geração de produto proveniente dos municípios da periferia, ou pela combinação de ambos, mas sua descoberta vai além dos objetivos desta investigação.

Na medida em que são conhecidos os resultados para o desenvolvimento econômico dos municípios da região metropolitana, importa saber se no mesmo período houve desenvolvimento social, tendo em perspectiva a classe trabalhadora. A evolução amplamente positiva da utilização do trabalho sugere ter havido melhorias em desenvolvimento social, mas sua distribuição espacial pode indicar avanços e retrocessos em locais com maior ou menor desenvolvimento econômico.

2.3 Desenvolvimento social metropolitano fluminense e vulnerabilidade

A dimensão social do desenvolvimento considerada neste trabalho está relacionada com a evolução das condições da população trabalhadora em vista dos efeitos derivados das políticas macroeconômicas, ou mais especificamente, das implicações da dinâmica capitalista sobre a produção e reprodução da força de trabalho (Singer, 1977a). Tendo como premissa que a ausência de emprego causa uma perda de capacidade da população em reproduzir-se (Szmrecsányi e Souza, 1980), bem como alto custo social derivado da incerteza quanto ao presente e futuro, com piora na integridade pessoal e social, medidas da participação da população no processo produtivo permitem dimensionar se os benefícios econômicos proporcionaram melhorias sociais.

Para alcançar esse objetivo, foram utilizados três indicadores que tiveram por base a contribuição de Casagrande, Fernandes e Bonotto (2004), inspirada em Dunford (1996), quais sejam:

$$\text{Taxa de desperdício de recursos humanos} = \frac{\text{PD}}{\text{População}} \times 100, \quad (2)$$

em que PD refere-se ao número de pessoas desocupadas,⁷ que, relacionado à população, representa o custo em termos de trabalhadores que a sociedade está se permitindo dispensar;

$$\text{Taxa de mobilização de recursos humanos} = \frac{PO_{cc}}{\text{População}} \times 100, \quad (3)$$

em que PO_{cc} representa o número de pessoas ocupadas com carteira de trabalho,⁸ que comparado à população indica a parcela dos empregos de qualidade socialmente reconhecida que sustentam a população total, e;

$$\text{Coeficiente de empregabilidade} = \frac{PO_{cc}}{PEA}, \quad (4)$$

em que PEA é o número de pessoas economicamente ativas, sendo esta razão a expressão da capacidade da força de trabalho em ocupar empregos com carteira.

Não obstante, diferentemente daqueles autores, que utilizaram a base de dados da Relação Anual de Informações Sociais (Rais) do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), neste trabalho, as informações dos Censos Demográficos de 2000 e 2010, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), serviram de referência, possibilitando extrair dados assemelhados aos da Rais/MTE sem incorrer em dupla contagem.⁹

A julgar pelos resultados obtidos para os três indicadores entre 2000 e 2010 (tabela 2), se pôde observar para a região metropolitana que: *i*) a taxa de desperdício se reduziu, sugerindo que o custo social pela ausência do uso de parte da força de trabalho diminuiu; *ii*) a taxa de mobilização aumentou, refletindo a melhoria na qualidade dos empregos disponíveis, e; *iii*) o coeficiente de empregabilidade aumentou, indicando maior participação da força de trabalho em ocupações com carteira. Portanto, houve desenvolvimento social, apesar da estagnação quanto ao desenvolvimento econômico. Quando, no entanto, se observam os resultados para os municípios que compõem a área metropolitana, fica clara a prevalência de maior desenvolvimento social em Niterói e no Rio de Janeiro, com os valores mais favoráveis em todos os três indicadores em 2010, sendo que no primeiro houve melhoria de bem-estar, e no segundo, piora (figura 1).

7. Em Casagrande, Fernandes e Bonotto (2004), desligados segundo a Rais/MTE.

8. Em Casagrande, Fernandes e Bonotto (2004), vínculos empregatícios ativos em 31 de dezembro segundo a Rais/MTE.

9. A Rais/MTE disponibiliza informações sobre vínculos empregatícios, ou postos de trabalho. Assim, por exemplo: *i*) um mesmo trabalhador que tenha dupla jornada diária (médico, professor etc.) estará sobre-representado na base de dados em 31 de dezembro do ano respectivo, se ainda empregado; *ii*) um mesmo trabalhador pode ter se desligado de mais de um emprego ao longo do ano, engordando o somatório dos desligados. O censo demográfico, por sua vez, absorve informações da pessoa no momento da pesquisa, segundo seu trabalho principal.

TABELA 2
Taxas de desperdício e de mobilização de recursos humanos e coeficiente de empregabilidade dos municípios da RM do Rio de Janeiro (2000-2010)

Região e municípios	Taxa de desperdício (%)		Taxa de mobilização (%)		Coeficiente de empregabilidade	
	2000	2010	2000	2010	2000	2010
Região Metropolitana	8,3	4,2	20,3	26,9	0,467	0,488
Belford Roxo	10,0	4,6	16,0	23,2	0,433	0,455
Cachoeiras de Macacu	6,2	4,8	14,8	21,3	0,452	0,493
Duque de Caxias	9,9	5,2	17,7	24,5	0,446	0,471
Guapimirim	7,9	6,3	13,4	19,5	0,443	0,491
Itaboraí	9,4	5,5	15,9	23,4	0,458	0,493
Itaguaí	9,0	5,7	15,6	23,7	0,442	0,476
Japeri	8,5	4,4	13,7	18,8	0,396	0,406
Magé	9,3	5,2	14,6	19,8	0,432	0,453
Maricá	7,0	3,8	13,9	20,6	0,457	0,483
Mesquita (1)	-	4,9	-	24,0	-	0,472
Nilópolis	9,6	4,6	20,0	25,6	0,469	0,466
Niterói	7,0	3,3	23,0	29,5	0,496	0,516
Nova Iguaçu	11,8	5,0	21,0	22,5	0,545	0,458
Paracambi	9,1	4,3	17,8	19,8	0,422	0,417
Queimados	10,2	5,1	15,6	22,7	0,430	0,445
Rio Bonito	5,9	4,2	16,1	22,8	0,459	0,478
Rio de Janeiro	7,6	3,6	22,2	28,9	0,476	0,499
São Gonçalo	8,8	5,0	19,9	27,6	0,472	0,498
São João de Meriti	9,4	4,5	18,9	25,9	0,458	0,478
Seropédica	8,6	5,3	15,3	21,8	0,438	0,476
Tanguá	10,1	4,8	15,0	21,4	0,451	0,452

Fonte: IBGE (2000; 2010).

Elaboração do autor.

Nota: ¹ Criado a partir de janeiro de 2001.

A leitura para cada um dos indicadores mostra que todos os municípios apresentaram reduções de desperdício de recursos, com queda da participação do número de desempregados na população, assim como quanto à taxa de mobilização de recursos humanos, com maior participação de empregos com carteira no

conjunto da população. Para o coeficiente de empregabilidade, no entanto, alguns municípios apresentaram decréscimo, tais como Nilópolis, Nova Iguaçu e Paracambi, sugerindo que, em seus mercados de trabalho, ocupações mais precárias passaram a ser a alternativa para relativamente maior contingente da força de trabalho.

FIGURA 1
Municípios da RM do Rio de Janeiro (2013)



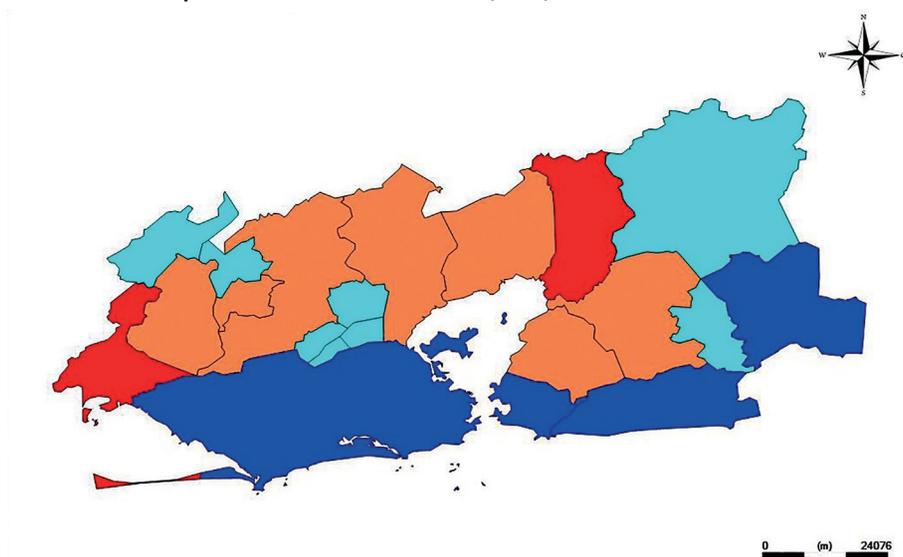
Fonte: IBGE.
Elaboração: Fundação Ceperj.

As variações dos valores dos indicadores entre 2000 e 2010 também revelam comportamento típico da mão de obra em resposta ao capital em acumulação. Tendo em vista que na primeira década os investimentos para a instalação do Comperj em Itaboraí promoveram a mobilidade do trabalho em sua direção, municípios próximos (figura 1), tais como Cachoeiras de Macacu, Guapimirim e Rio Bonito, apresentaram as menores reduções na taxa de desperdício de recursos humanos (-1,4 p.p., -1,6 p.p. e -1,7 p.p., respectivamente). Guapimirim, inclusive, era o município que detinha a pior taxa de desperdício em 2010 (6,3%) (figura 2),¹⁰ o que demonstra que os benefícios para a economia de Itaboraí por causa da instalação do Comperj levaram a que cidades do entorno mantivessem em seus domínios elevado contingente de trabalhadores dispostos a buscar novas alternativas de inserção laboral. As taxas de crescimento anual no último período intercensitário registram que a população de Itaboraí aumentou 2,9% a.a., e os

10. As convenções utilizadas na figura 2 foram: *i*) a divisão em quatro classes (a partir dos valores da variável constantes da tabela 2), de maneira que entre as classes houvesse a maior variabilidade e dentro de cada classe menor variância, e; *ii*) quanto às cores, as frias (azuis) representam boas condições (ou menores valores para a variável) com prevalência dos melhores resultados para a mais intensa, e as quentes (laranja e vermelho) as más condições (ou maiores valores para a variável), com prevalência dos piores resultados para a mais intensa.

municípios vizinhos apresentaram as maiores elevações entre as cidades da RM: Guapimirim (3,1% a.a.) e Maricá (5,2% a.a.).

FIGURA 2
Taxa de desperdício de recursos humanos (2010)



Fonte: IBGE (2000; 2010).
Elaboração do autor.

2.3.1 Vulnerabilidade da classe trabalhadora

Apesar de os resultados demonstrarem que na grande maioria dos municípios houve desenvolvimento social, também restou claro que a desigualdade caracterizou a sua dinâmica, haja vista algumas cidades apresentarem carência de recursos (ou ativos) que permitam melhorias mais acentuadas, o que as torna, e à força de trabalho nelas contidas, vulneráveis perante as outras.

A vulnerabilidade social, segundo o Ipea, ocorre quando a população carece do acesso a um conjunto de ativos, recursos ou estruturas, e sua ausência (ou insuficiência) sugere que o padrão de vida das famílias é baixo, configurando uma situação em que não há observância de direitos sociais (Costa e Marguti, 2015a). Assim, o entendimento da condição de vulnerabilidade constitui-se em um “instrumento de identificação das falhas de oferta de bens e serviços públicos no território nacional” (Costa e Marguti, 2015b, p. 13), e com o propósito de dar destaque às diferentes situações de exclusão e vulnerabilidade social no território brasileiro, no âmbito da Rede Ipea surgiu o Índice de Vulnerabilidade Social (IVS), com o intuito de gerar indicadores com recorte mínimo intramunicipal para os

municípios brasileiros, o que permitirá fazer uso de seus resultados para as cidades estudadas nesta investigação.

O IVS foi estruturado em três dimensões, a saber: *i*) Infraestrutura Urbana, que procura refletir as condições de acesso a serviços de saneamento básico e mobilidade urbana; *ii*) Capital Humano, envolvendo aspectos relacionados à conjuntura e perspectivas de inclusão social dos indivíduos, com base em saúde e educação, e; *iii*) Renda e Trabalho, que agrupa indicadores relacionados à insuficiência de renda presente e insegurança futura. A exemplo do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), o IVS é construído a partir da normalização dos indicadores utilizados em cada uma das dimensões de maneira a variar de 0 a 1, mas em oposição à situação desejável do IDH, em que, quanto mais próximo de 1, maior o desenvolvimento humano de determinada localidade; no IVS, quanto mais próximo de zero, menor a vulnerabilidade social.¹¹

Para os fins deste trabalho, de acordo com os indicadores que as compõem, as dimensões mais associadas às condições da classe trabalhadora são Capital Humano e Renda e Trabalho. Na primeira dimensão – Capital Humano –, os indicadores conjugam situações de vulnerabilidade quanto à mortalidade infantil; à presença nos domicílios de crianças e jovens que não frequentam a escola; à presença nos domicílios de mães precoces e de mães chefes de família, com baixa escolaridade e filhos menores; à ocorrência de baixa escolaridade entre os adultos do domicílio, e; à presença de jovens que não trabalham e não estudam. Assim, quanto maior a vulnerabilidade apresentada em determinado recorte espacial, piores serão as condições de inserção futura no mercado de trabalho.

Na segunda dimensão – Renda e Trabalho –, a condição de vulnerabilidade está expressa nos indicadores de proporção de pessoas com renda domiciliar *per capita* igual ou inferior a meio salário mínimo de 2010; da taxa de desocupação da população de 18 anos ou mais; do percentual de pessoas de 18 anos ou mais sem ensino fundamental completo e em ocupação informal; do percentual de pessoas em domicílios com renda *per capita* inferior a meio salário mínimo de 2010 e dependentes de idosos, e; da taxa de atividade (ou de participação) das pessoas de 10 a 14 anos. Portanto, as cidades com mais elevada vulnerabilidade nesta dimensão já apresentam situações precárias de trabalhadores inseridos no mercado de trabalho, com baixa capacidade de inserção, em situação de dependência ou contam com oferta de trabalho de pessoas de um estrato etário que deveria estar em fase de escolarização, e não em busca de ocupação.

Os resultados apresentados na tabela 3 demonstram que houve melhora em ambas as dimensões de vulnerabilidade social associadas à classe

11. Para mais detalhes sobre a metodologia de construção do IVS, ver Costa e Marguti (2015b). Quanto à leitura dos resultados, as faixas de intensidade da vulnerabilidade são: de 0 a 0,2, muito baixa; de 0,201 a 0,3, baixa; de 0,301 a 0,4, média; de 0,401 a 0,5, alta, e; acima de 0,5, muito alta.

trabalhadora entre 2000 e 2010, com a passagem em muitos casos de uma condição de muito alta vulnerabilidade para média ou baixa, mas, a exemplo do que foi relatado quanto ao desenvolvimento social, Niterói e Rio de Janeiro se mantêm como as cidades menos vulneráveis, sendo que a primeira, inclusive, é a única que possui muito baixa vulnerabilidade em uma das dimensões (0,166 em Renda e Trabalho).

TABELA 3
Índice de Vulnerabilidade Social das dimensões Capital Humano e Renda e Trabalho segundo os municípios da RM do Rio de Janeiro (2000-2010)

Municípios	IVS Capital Humano		IVS Renda e Trabalho	
	2000	2010	2000	2010
Belford Roxo	0,511	0,353	0,478	0,314
Cachoeiras de Macacu	0,471	0,357	0,440	0,338
Duque de Caxias	0,476	0,349	0,456	0,307
Guapimirim	0,491	0,389	0,491	0,348
Itaboraí	0,522	0,333	0,493	0,337
Itaguaí	0,474	0,340	0,457	0,331
Japeri	0,585	0,429	0,531	0,363
Magé	0,498	0,351	0,492	0,332
Maricá	0,430	0,271	0,410	0,237
Mesquita	0,401	0,262	0,421	0,281
Nilópolis	0,351	0,238	0,407	0,243
Niterói	0,275	0,215	0,276	0,166
Nova Iguaçu	0,469	0,339	0,462	0,313
Paracambi	0,428	0,322	0,454	0,313
Queimados	0,523	0,403	0,486	0,332
Rio Bonito	0,416	0,302	0,433	0,290
Rio de Janeiro	0,341	0,261	0,324	0,203
São Gonçalo	0,368	0,269	0,413	0,267
São João de Meriti	0,403	0,311	0,432	0,282
Seropédica	0,502	0,350	0,510	0,308
Tanguá	0,558	0,382	0,561	0,406

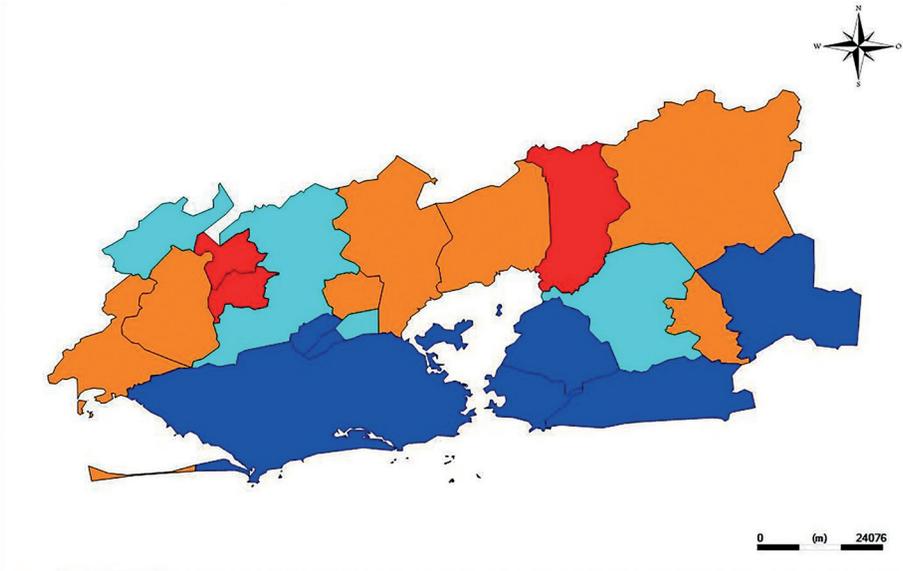
Fonte: Ipea.
Elaboração do autor.

A distribuição espacial dos resultados de ambas as dimensões do Índice de Vulnerabilidade Social nos municípios da região metropolitana, no entanto, não difere consideravelmente para as cidades com menores valores, segundo os critérios adotados para representação.¹² A figura 3 demonstra que as piores

12. Ver nota de rodapé nº 10.

condições em termos de capital humano encontram-se nos municípios de Japeri (0,429), Queimados (0,403) e Guapimirim (0,389), e as melhores nas cidades litorâneas, com a inclusão de Rio Bonito (0,302).

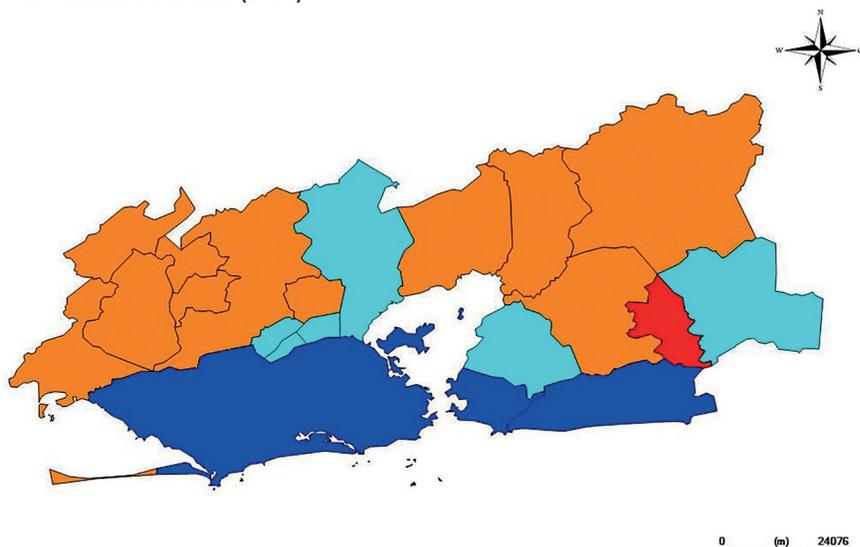
FIGURA 3
IVS Capital Humano (2010)



Fonte: Ipea.
Elaboração do autor.

Quanto à distribuição dos resultados do IVS Renda e Trabalho (figura 4), Rio de Janeiro, Niterói e Maricá apresentaram os mais baixos índices e coube a Tanguá (0,406) a pior situação. Em que pese condições específicas para uma e outra dimensão, vê-se que há um padrão observável na distribuição da vulnerabilidade, qual seja, de que a classe trabalhadora residente na capital e nos municípios litorâneos possui mais acesso aos ativos necessários para desenvolver suas habilidades e se inserir no mercado de trabalho, enquanto na periferia o comportamento é inverso.

FIGURA 4
IVS Renda e Trabalho (2010)



Fonte: Ipea.
Elaboração do autor.

Em vista dessa situação, na medida em que a privação de ativos ou recursos expressa na maior vulnerabilidade é um impeditivo para a classe trabalhadora em inserir-se no mercado de trabalho, isto seria também uma barreira para um maior desenvolvimento social. Dessa forma, supõe-se haver alguma relação entre os indicadores de desenvolvimento social e as dimensões do IVS anteriormente mencionados, e para testar esta provável associação, foram gerados os coeficientes de correlação entre as variáveis e o resultado encontra-se no quadro 1.

QUADRO 1
Correlação entre os índices de vulnerabilidade Renda e Trabalho e Capital Humano e os indicadores de desenvolvimento social (2010)

Variáveis	IVS Renda e Trabalho	IVS Capital Humano	Taxa de desperdício	Taxa de mobilização	Coefficiente de empregabilidade
IVS Renda e Trabalho	1				
IVS Capital Humano	0,887	1			
Taxa de desperdício	0,664	0,559	1		
Taxa de mobilização	-0,744	-0,723	-0,405	1	
Coefficiente de empregabilidade	-0,548	-0,576	-0,052	0,630	1

Fonte: Dados do trabalho.
Elaboração do autor.

Percebe-se que há relação direta entre maior vulnerabilidade em ambas as dimensões e a taxa de desperdício de recursos humanos, como demonstrado pelos coeficientes de correlação (0,664 e 0,559), ou seja, uma menor disponibilidade de ativos ou recursos aumenta a possibilidade do trabalhador tornar-se desocupado em relação à população.

De outra forma, elevada vulnerabilidade social nas dimensões Renda e Trabalho e Capital Humano reduzem as chances do trabalhador se inserir no mercado de trabalho com carteira e aumentar a taxa de mobilização de recursos humanos (-0,744 e -0,723), e o coeficiente de empregabilidade (-0,548 e -0,576).

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta investigação procurou analisar se entre 2000 e 2010 houve desenvolvimento econômico e social nos municípios da Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RM do Rio de Janeiro), num contexto de desigualdade regional produzida pela dinâmica capitalista. Segundo os resultados obtidos, o descasamento entre aumento de bem-estar social e desenvolvimento social demonstrou que para ambos os aspectos o desenvolvimento desigual é a característica, o que os investimentos feitos em espaços específicos só tenderão a aprofundar.

No que diz respeito ao desenvolvimento econômico observado, dois terços dos municípios apresentaram ganhos de bem-estar, mas a cidade do Rio de Janeiro enquanto núcleo da RM apresentou queda do PIB *per capita*, tendo influenciado sobremaneira o quadro de estagnação na média dos municípios. Quando, no entanto, se decompõem os resultados para as cidades, fica claro que o maior problema para a evolução do bem-estar se refere à produtividade do trabalho, uma vez que dos 21 municípios apenas quatro apresentaram crescimento. Para o outro componente, a utilização do trabalho, em todos os municípios houve aumento, o que sugere que se não fosse pela maior participação da população no sistema produtivo, os resultados seriam consideravelmente piores. Portanto, a agenda do desenvolvimento econômico na área metropolitana fluminense passa pela melhoria da capacidade produtiva do trabalhador.

Na medida em que a utilização do trabalho se apresentou amplamente favorável, buscou-se avaliar se houve desenvolvimento social tendo em vista a participação da classe trabalhadora. Com base em três indicadores sugeridos a partir da contribuição de Dunford (1996), e da crítica à sua adaptação para o caso brasileiro por Casagrande, Fernandes e Bonotto (2004), observou-se que entre 2000 e 2010, diferentemente do ocorrido para o bem-estar, todos os municípios apresentaram melhoria e tiveram, portanto, desenvolvimento social. Este resultado pode ser considerado positivo não só por sua evolução, mas porque a produção e reprodução da força de trabalho são efetuadas fora

do mercado de trabalho, e mesmo que não façam parte do modo de produção capitalista, são por ele influenciadas. Assim, a redução da taxa de desperdício de recursos humanos, que o capital tem a seu dispor em demasia em razão do exército industrial de reserva; o aumento da capacidade de ocupação da população com carteira da força de trabalho; e a elevação do contingente de trabalhadores com carteira, mesmo que ainda não chegue à metade da força de trabalho, são benefícios obtidos no período analisado que merecem ser preservados. Apesar disso, e enquanto característica do sistema capitalista, a evolução destes benefícios foi desigual e não convergiu com o comportamento do desenvolvimento econômico.

Por fim, e como expressão clara do desnível quanto às conquistas sociais em termos de desenvolvimento, a vulnerabilidade social da classe trabalhadora nos municípios em que ela é mais crítica ainda é uma barreira expressiva para um aumento de bem-estar mais significativo. Por um lado, a distribuição espacial da vulnerabilidade a partir de indicadores existentes no Índice de Vulnerabilidade Social (IVS) mostrou que nos municípios litorâneos, tais como o Rio de Janeiro, Niterói e Maricá, se encontram condições de baixa vulnerabilidade. Por outro lado, na periferia, há cidades que, apesar dos ganhos obtidos entre 2000 e 2010, ainda se distanciam sobremaneira daqueles que habitam o topo do *ranking*.

Além dessa flagrante desigualdade social, o grau de associação entre a vulnerabilidade social mostrada pelo IVS e os indicadores de desenvolvimento social mostrou-se significativo e condizente com o comportamento teórico esperado. Em síntese, informam que quanto maior for a vulnerabilidade em Capital Humano e Renda e Trabalho, piores serão os resultados em termos de desenvolvimento social. Dessa forma, além da mencionada agenda pela melhoria da produtividade do trabalhador, há que se buscar reduzir a vulnerabilidade social existente para que a classe trabalhadora continue contribuindo para minorar os custos da estagnação do bem-estar social, como ocorrido na RM do Rio de Janeiro.

O estudo da relação entre desenvolvimento social e vulnerabilidade é a agenda que norteia a continuidade desta investigação, tendo como propósito vislumbrar políticas alternativas para além das questões econômicas. Esforços nesta direção se revestem de maior importância quando, em razão da recessão em que se encontra a economia brasileira desde o segundo semestre de 2014, e com a Petrobras envolvida na crise política sem solução prevista, o segmento de petróleo e gás reduziu a atividade e as cidades dele dependentes sofrem com perda de arrecadação de impostos e aumento do desemprego.

REFERÊNCIAS

CASAGRANDE, E. E.; FERNANDES, A. C.; BONOTTO, R. Desenvolvimento, emprego e região: a troca desigual. *In*: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DA REDE IBERO-AMERICANA DE INVESTIGAÇÕES SOBRE GLOBALIZAÇÃO E TERRITÓRIO, 8., **Anais...**, 25 a 28 de maio de 2004, Rio de Janeiro, 2004. 1 CD-ROM.

CEPERJ – CENTRO ESTADUAL DE ESTATÍSTICAS, PESQUISAS E FORMAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS DO RIO DE JANEIRO. **Anuário estatístico do Rio de Janeiro 2010**. Rio de Janeiro: Ceperj, 2011. 1 CD-ROM.

_____. **Estado do Rio de Janeiro: um breve balanço da década**. Rio de Janeiro: Ceperj, [2012]. 26p.

_____. **Anuário estatístico 2013 online**. Rio de Janeiro: Ceperj, 2014. Disponível em: <<http://www.ceperj.rj.gov.br/ceep/anuarios.html>>. Acesso em: 15 abr. 2014.

COSTA, M. A.; MARGUTI, B. O. (Orgs.). **Atlas da vulnerabilidade social nas regiões metropolitanas brasileiras**. Brasília: Ipea, 2015a.

_____. (Eds.). **Atlas da vulnerabilidade social nos municípios brasileiros**. Brasília; Ipea, 2015b.

DALLABRIDA, V. R. **Desenvolvimento regional: por que algumas regiões se desenvolvem e outras não?** Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2010.

DUNFORD, M. Disparities in employment, productivity and output in the E.U.: the roles of labour market governance and welfare regimes. **Regional Studies**, v. 30, n. 4, p. 339-357, 1996.

FERREIRA, P. C.; VELOSO, F. O desenvolvimento econômico brasileiro no pós-guerra. *In*: VELOSO, F. *et al.* **Desenvolvimento econômico: uma perspectiva brasileira**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

FIRJAN – FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. **Decisão Rio 2010-2012**. Rio de Janeiro: Firjan, 2009.

_____. **Decisão Rio 2012-2014**. Rio de Janeiro: Firjan, 2012.

_____. **Decisão Rio 2014-2016**. Rio de Janeiro: Firjan, 2014.

FURTADO, C. **Desenvolvimento e subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 2000**. Rio de Janeiro: IBGE, 2000.

_____. **Censo Demográfico 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

LEWIS, W. A. O desenvolvimento econômico com oferta ilimitada de mão-de-obra. *In*: AGARWALA, A. N.; SINGH, S. P. **A economia do subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Forense, 1969.

MASSEY, D. **Spatial divisions of labor**: social structures and the geography of production. New York: Routledge, 1995.

MEDEIROS JUNIOR, H. Mudanças de estado do mercado de trabalho fluminense: diferenças regionais entre 2000 e 2010. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS: TRANSFORMAÇÕES NA POPULAÇÃO BRASILEIRA: COMPLEXIDADES, INCERTEZAS E PERSPECTIVAS, 18., 2012a, Águas de Lindóia, SP. **Anais eletrônicos...** Águas de Lindóia, São Paulo: Unicamp, 2012a. Disponível em: <<https://goo.gl/73pxcT>>.

_____. Dinâmica econômica e o mercado de trabalho fluminense entre 2000 e 2010. *In*: SEMINÁRIO DINÂMICA ECONÔMICA E DESENVOLVIMENTO REGIONAL, 1., 2012b, Uberaba. **Anais...** Uberaba: UFTM, 2012b. 1 CD-ROM.

_____. Desconcentração econômica e atratividade regional no estado do Rio de Janeiro entre 2000 e 2010. **Cadernos do Desenvolvimento Fluminense**, Rio de Janeiro, n. 1, fev. 2013a. Disponível em: <<https://goo.gl/tVZCfD>>.

_____. Dinâmica populacional e econômica regional, e o mercado de trabalho fluminense entre 2000 e 2010. *In*: ENCONTRO DA ANPUR: DESENVOLVIMENTO, PLANEJAMENTO E GOVERNANÇA, 15., 2013, Recife. **Anais...** Recife: Anpur, 2013b. Disponível em: <<http://www.anpur.org.br>>.

_____. Mudanças na divisão inter-regional do trabalho fluminense: desenvolvimento desigual da renda interna entre 2000 e 2010. *In*: SEMANA IPPUR: PLANEJAMENTO, DESIGUALDADE E JUSTIÇA SOCIAL: DESAFIOS PARA AS CIDADES E REGIÕES, 19., 2013, Rio de Janeiro, **Anais...** Rio de Janeiro: UFRJ/Ippur, 2013c.

_____. Divisão territorial do trabalho e produtividade regional fluminense nos anos 2000. **Cadernos do Desenvolvimento Fluminense**, Rio de Janeiro, n. 3, nov. 2013d. Disponível em: <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/cdf>>.

_____. Mudanças regionais e a dimensão social do desenvolvimento fluminense nos anos de 2000 e 2010. *In*: SEMINÁRIO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL, ESTADO E SOCIEDADE, 2., 2014, Campina Grande. **Anais GT6...** Campina Grande: UEPB, 2014a. Disponível em: <<http://sites.uepb.edu.br/sedres/>>.

_____. Desenvolvimento regional e desigualdade socioespacial fluminense nos anos 2010. **Cadernos do Desenvolvimento Fluminense**, Rio de Janeiro, n. 6, nov. 2014b. Disponível em: <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/cdf>>.

_____. Divisão territorial do trabalho, produtividade e desenvolvimento desigual fluminense entre os anos 2000 e 2010. *In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS: POPULAÇÃO, GOVERNANÇA E BEM-ESTAR*, 19., 2014, São Pedro/SP. **Anais...** São Pedro/SP: Abep, 2014c.

MYRDAL, G. **Teoria econômica e regiões subdesenvolvidas**. 3. ed. Rio de Janeiro: Saga, 1972.

OLIVEIRA, F. J. G. **Reestruturação produtiva: território e poder no Estado do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

PIQUET, R. P. S. **Reestruturação do espaço regional e urbano no Brasil: o poder do Estado e dos grandes investimentos**. Rio de Janeiro: UFRJ/Ippur, 1993.

PREBISCH, R. O desenvolvimento econômico da América Latina e seus principais problemas. **Revista Brasileira de Economia**, Rio de Janeiro, FGV, ano 3, n. 3, set. 1949.

RESENDE, G. M.; MAGALHÃES, J. C. R. Disparidades do PIB per capita no Brasil. Brasília: Ipea, maio 2013. (Texto para Discussão, n. 1833).

SANCHEZ, E. B. **Población y desarrollo: enfoques alternativos de los estudios de poblacion**. Ciudad de la Habana: Cedeiii/Universidad de la habana, 1994.

SILVA, R. D. **Rio de Janeiro, crescimento, transformações e sua importância para a economia nacional (1930-2000)**. 2004. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2004.

_____. **Indústria e desenvolvimento regional no Rio de Janeiro (1990-2008)**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012.

SINGER, P. **Economia política do trabalho: elementos para uma análise histórico-estrutural do emprego e da força de trabalho no desenvolvimento capitalista**. São Paulo: Hucitec, 1977a. (Série Teses e Pesquisas).

_____. **Desenvolvimento e crise**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977b.

SMITH, N. **Desenvolvimento desigual: natureza, capital e a produção do espaço**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988. 250p.

SOLOW, R. M. A contribution to the theory of economic growth. **The Quarterly Journal of Economics**, v. LXX, Feb. 1956.

SOUZA, N. J. **Desenvolvimento econômico**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

SZMRECSÁNYI, T.; SOUZA, G. A. A. População, força de trabalho e emprego. *In: SANTOS, J. L. F.; LEVY, M. S. F.; SZMRECSÁNYI, T. (Orgs.). Dinâmica da população: teoria, métodos e técnicas de análise*. São Paulo: T. A. Queiroz Ed., 1980.

TROTSKY, L. **A história da revolução russa**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977. Disponível em: <<https://goo.gl/q8lTES>>. Acesso em: 17 fev. 2012.

WILLIAMSON, J. G. Desigualdade regional e o processo de desenvolvimento nacional: descrição de padrões. In: SCHWARTZMAN, J. (Org.) **Economia Regional**: textos escolhidos. Belo Horizonte: Cedeplar, 1977.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ARAÚJO, T. B. **Ensaio sobre o desenvolvimento brasileiro**: heranças e urgências. Rio de Janeiro: Revan; Fase, 2000.

CRUZ, J. L. V. Os desafios da construção do desenvolvimento no Estado do Rio de Janeiro. **Cadernos do Desenvolvimento Fluminense**, Rio de Janeiro, n. 2, jul. 2013.

KALECKI, M. **Teoria da dinâmica econômica**: ensaio sobre as mudanças cíclicas e a longo prazo da economia capitalista. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

KEYNES, J. M. **A teoria geral do emprego, do juro e da moeda**. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

LÊNIN, V. I. **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia**: o processo de formação do mercado interno para a grande indústria. 3. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1988. v. 2.

MEDEIROS JUNIOR, H. Demografia da força de trabalho fluminense em um contexto de desenvolvimento econômico desigual e mudanças demográficas. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS DO TRABALHO: TRABALHO, DINÂMICAS INTERNACIONAIS E OS DESAFIOS PARA O BRASIL, 14., 2015, Campinas/SP. **Anais...** Campinas/SP: ABET, 2015a. Disponível em: <<https://goo.gl/RH0NQj>>.

_____. Ocupação e renda no mercado de trabalho carioca e metropolitano fluminense em maio de 2015. **Nota técnica IPP-Rio**, Rio de Janeiro, n. 34, jul. 2015b. Disponível em: <<https://goo.gl/Xo8n1Q>>.

_____. A taxa de desocupação e sua decomposição na cidade do Rio de Janeiro até setembro de 2015. **Nota técnica IPP-Rio**, Rio de Janeiro, n. 35, nov. 2015c. Disponível em: <<https://goo.gl/GYGH7P>>.

MEDEIROS JUNIOR, H.; GRAND JUNIOR, J. Distribuição dos empregos formais na cidade do Rio de Janeiro: uma análise exploratória. In: SEMANA IPPUR: UM TERRITÓRIO EM DISPUTA, 16., 2010, Rio de Janeiro, **Anais...** Rio de Janeiro: UFRJ/IPPUR, 2010. Disponível em: <<https://goo.gl/6144EJ>>.

_____. Geografia econômica regional fluminense nos anos 00: aumento de riqueza, expectativa de pobreza. *In*: ENCONTRO DA ANPUR: QUEM PLANEJA O TERRITÓRIO? ATORES, ARENAS E ESTRATÉGIAS, 14., 2011, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: ANPUR, 2011a. Disponível em: <<http://www.anpur.org.br>>.

_____. Distribuição dos empregos formais na cidade do Rio de Janeiro: uma análise espacial. *In*: ENCONTRO DA ANPUR: QUEM PLANEJA O TERRITÓRIO? ATORES, ARENAS E ESTRATÉGIAS, 14., 2011, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: ANPUR, 2011b. Disponível em: <<http://www.anpur.org.br>>.

MEDEIROS JUNIOR, H.; SOUZA, L. N. Mudanças de estado e comportamento da oferta e ocupação no mercado de trabalho da RMS. **Conjuntura & Planejamento**, Salvador, n. 182, p. 28-41, jan.-mar. 2014a. Disponível em: <<http://www.sei.ba.gov.br>>.

_____. O desempenho recente do mercado de trabalho na Região Metropolitana de Salvador. *In*: PESSOTI, G. C.; WANDERLEY, L. A. (Orgs.). **Reflexões de economistas baianos 2014**. Salvador: Corecon-BA, 2014b.

_____. Mudanças de estado e comportamento da oferta e ocupação no mercado de trabalho da Região Metropolitana de Salvador. *In*: ENCONTRO DE ECONOMIA BAIANA, 10., 2014, Salvador. **Anais...** Salvador: SEI-BA/Desenbahia, 2014c. 1 CD-ROM. Disponível em: <<http://www.eeb.sei.ba.gov.br>>.

MEDEIROS JUNIOR, H.; SOUZA, L. N.; SPÍNOLA, T. A. Emprego celetista nos territórios de identidade baianos na primeira década do século XXI. *In*: ENCONTRO DA ANPUR: DESENVOLVIMENTO, PLANEJAMENTO E INSURGÊNCIAS. ALTERNATIVAS CONTEMPORÂNEAS NO ESPAÇO URBANO E REGIONAL, 16., 2015, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte: Anpur, 2015a. Disponível em: <<http://www.anpur.org.br>>.

_____. Creation of formal employment in a context of implementation of the Decent Work Agenda: the Territories of Bahian Identity. *In*: CONGRESS OF THE EUROPEAN REGIONAL SCIENCE ASSOCIATION: WORLD RENAISSANCE, CHANGING ROLES FOR PEOPLE AND PLACES, 55.; IN CONJUNCTION WITH THE ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL, 21., 2015, Lisbon. **Anais...** Lisbon/Portugal: Ersa, APDR, 2015b.

NATAL, J. L. A. **O Estado do Rio de Janeiro pós-1995**: dinâmica econômica, rede urbana e questão social. Rio de Janeiro: Publicati, 2005.

PACHECO, C. A. **Fragmentação da nação**. Campinas: Instituto de Economia/Unicamp, 1998. 291p.